

Políticas de austeridade e sindicalismo: um olhar sobre Portugal

Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa*

O trabalho assalariado ocupou e ocupa nas sociedades industriais do Ocidente um papel central, não apenas no plano económico mas sobretudo enquanto instância vital na sustentação da coesão social e do Estado de direito. Mas, na verdade, se dele decorreram os principais progressos dos últimos duzentos anos – com a edificação do *Welfare state* e as suas importantes conquistas no campo dos direitos humanos (trabalho digno, direitos sociais, remuneração justa, segurança no emprego, progressão salarial, etc.) – isso foi devido ao longo e doloroso trabalho organizativo e mobilizador do movimento sindical, desde a era do capitalismo selvagem, do século XIX até aos nossos dias. O grande problema é, todavia, o iminente retrocesso civilizacional em que nos encontramos hoje quando estamos à beira de um novo ciclo de barbárie mercantilista, semelhante ao dos tempos de Marx (Estanque e Costa, 2013). Na verdade, o contexto laboral português tem sido fustigado nos últimos anos por políticas de austeridade, formalmente com a entrada da *Troika* (IMF/ECB/EC), em maio de 2011, mas que, na prática, permanecem mesmo após a saída da *Troika* do país, em maio de 2014.

Neste texto, identificamos inicialmente alguns *desafios internos* que se colocam aos sindicatos, por sinal desafios que já existiam antes da “era da austeridade” mas que são hoje mais urgentes porque são acompanhados de *ameaças externas* subjacentes às políticas de austeridade (o nosso segundo ponto neste texto). Por fim, apresentamos algumas *tarefas* que se colocam aos sindicatos. Trata-se de tarefas que combinam a necessidade de dar resposta, de forma propositiva quer aos desafios internos, quer às ameaças externas.

Desafios internos

Como é sabido, ao longo das últimas décadas multiplicaram-se nos países da Europa ocidental – o berço do sindicalismo – fatores da crise do sindicalismo: (i) *desagregação de interesses* em redor da classe trabalhadora, em resultado da diferenciação, segmentação e flexibilização dos mercados de trabalho, da descentralização

da produção ou da precarização da relação salarial; (ii) crescente *ausência de lealdade e solidariedade* dos trabalhadores ao sindicato como reflexo da emergência do individualismo, que desvia as atenções para interesses dispersos, mas que é também o resultado do endurecimento da oposição patronal e governamental decorrente de contextos de liberalização; (iii) *crise de representatividade* sindical, que se traduz na dificuldade de mobilização de trabalhadores para as ações de luta, uma vez que diminui o número de sindicalizados (Rosanvallón, 1988; Waddington, 2005; Costa, 2008; Estanque, 2011; Sousa, 2011; Estanque e Costa, 2011; 2013).

Não surpreende, pois, que nas últimas duas décadas o campo sindical tenha legitimamente sido confrontado com a sua perda de representatividade. Alguns estudos centrados na sociedade portuguesa procuraram aferir até que ponto as pessoas confiam nos sindicatos, quais os sinais de renovação destes e qual a sua influência efetiva na sociedade (Costa, 2011; Estanque e Costa, 2011). Em Portugal, este assunto liga-se também ao problema da alegada “instrumentalização”, tendo em conta que cada uma das confederações sindicais (CGTP-IN e UGT) mantem na sua história vínculos fortes com forças partidárias identificadas (Partido Comunista e Partido Socialista respetivamente). Acrescem ainda alguns fatores de natureza interna que não são alheios à referida tendência de fragilização: 1) a confiança nos sindicatos depende da atenção que estes forem capazes de dar a novos segmentos de trabalhadores com maior dificuldade de organização (trabalhadores precários, contratos a termo certo, a recibo verde, desempregados, etc.); 2) se os sindicatos demonstrassem sinais firmes de renovação (dando maior protagonismo a jovens, mulheres, militantes de base, fortalecendo a comunicação interna e externa, etc.) certamente teriam mais trabalhadores a confiar neles; 3) o grau elevado de burocratização de importantes setores sindicais, até pelo peso de camadas etárias envelhecidas e pouco qualificadas, protelou durante muito tempo o recurso às novas tecnologias digitais e revelou a sua incapacidade para lidar com as redes de ativismo do ciberespaço; 4) por fim – e não menos importante –, a influência dos sindicatos depen-

de em boa medida do sucesso concreto das lutas. Mas, como é sabido, a eficácia das lutas sindicais nem sempre é imediata e acaba muitas vezes por converter-se num exercício de quantificação (opondo governo/empresas a sindicatos) quanto aos números da adesão a uma greve ou manifestação, como se esse fosse o único critério de validade das demandas sindicais.

Ameaças externas: a austeridade geradora de retrocesso civilizacional

Além dos desafios internos, são várias as ameaças externas que se colocam aos sindicatos. A evolução de alguns indicadores do mercado de trabalho – elevadas taxas de desemprego, proliferação de formas precárias de trabalho, aumento dos contratos a prazo, reduções salariais, facilitação dos despedimentos –, os comportamentos patronais, muitas vezes de tipo despótico, ou as decisões políticas dos governos são alguns dos fatores externos que condicionam e limitam a força do sindicalismo (Estanque e Costa, 2012). Tudo isto ocorreu num clima de reforço da ideologia neoliberal e conseqüente preconceito ideológico destinado a estigmatizar o campo sindical como instância “conservadora” ou “força de bloqueio” às reformas e à “flexibilização” do mercado de trabalho. Frequentemente, assiste-se mesmo a uma concorrência difusa entre os trabalhadores dos continentes subdesenvolvidos e os dos países ocidentais onde os direitos laborais são mais avançados. Além disso, governos e grupos económicos impõem no discurso público a ideia do “bom” sindicalismo (o que negocia, isto é, o que cede) contra o “mau” sindicalismo (o que defende a “rigidez” das leis laborais). Convém lembrar, por exemplo, que a Cimeira Europeia de 8 e 9 de Dezembro de 2011 inaugurou um período de desencanto para os atores do mundo do trabalho, com a entrada em vigor do pacote legislativo “six pack”, com o propósito de assegurar disciplina fiscal, confirmado na cimeira seguinte, de 30.01.2012, com a assinatura do “pacto orçamental europeu” por 25 Estados Membros da UE. Na prática, todo este processo persegue o objetivo (consagrado pela *troika* do credores da dívida soberana) dos cortes e congelamentos salariais, reduções nas prestações sociais, contração do emprego, redução dos custos do trabalho, etc.. Em suma, o culminar de uma sucessão de medidas que visam, na prática, o desmantelamento do Estado-Providência e o empobrecimento geral das populações como se daí resultasse milagrosamente o relançamento da economia.

Neste cenário (em que, segundo dados divulgados em 20.10.2014 pela *Associação de Combate à Precariedade*

– *Precários Inflexíveis*, se estima existirem em Portugal cerca de 1.2 milhões de trabalhadores precários, pois são cada vez mais portugueses que não conseguem mais do que um *part-time* ou um contrato a prazo para pagar as contas no final de cada mês), multiplicam-se e acentuam-se as incertezas quanto ao futuro do sindicalismo. No caso português, em resultado do *Memorando de Entendimento* com a *troika* (maio de 2011), do acordo de concertação social (janeiro de 2012), das alterações à legislação laboral (Lei 23/2012, em vigor desde 1.08.2012), pairam no ar um conjunto de ameaças que estão a ser impostas ao movimento sindical e que a crise tem vindo a acentuar: individualização das relações laborais e destruição da contração coletiva; enfraquecimento do poder dos sindicatos na concertação social, abrindo a possibilidade a que matérias como a mobilidade geográfica e funcional, a organização do tempo de trabalho e a retribuição sejam reguladas não apenas por sindicatos mas por comissões de trabalhadores; redução dos direitos e deveres regulados pela negociação coletiva, o que se atesta pela abrupta diminuição e publicação das portarias extensão (instrumentos que estendem os efeitos dos contratos coletivos a todos os trabalhadores e empresas de um setor de atividade, estejam ou não filiados em sindicatos e associações patronais): de 101 portarias de extensão publicadas em 2009 passou-se para apenas 9 publicadas em 2013 (Costa, 2012; Marques, 2014: 3).

Em última análise, em resultado das políticas de austeridade e das transformações na legislação laboral, assistiu-se a um processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital traduzido por exemplo: numa redução para metade da retribuição por trabalho suplementar e por trabalho em feriado, o que implicou um corte médio da retribuição total do trabalhador entre 2,3% e 2,9% em 2013; numa redução do pagamento por trabalho em dia feriado correspondente a um corte de 75% dessa parcela do rendimento do trabalhador; num aumento do período de produção em uma hora (agora não paga), enquanto o próprio preço da hora suplementar se reduziu para metade; no facto de, ao fim de um ano, o trabalhador ter dado à empresa entre 7,9 a 12,8 dias úteis de trabalho, sem qualquer retribuição adicional; numa concessão de vantagens às empresas, traduzidas num acréscimo do excedente bruto de exploração das empresas entre os 2,1 e os 2,5 mil milhões de euros (Leite *et al.*, 2014).

As tarefas do sindicalismo

São, pois, de grande exigência as tarefas dos sindicatos em Portugal. Por um lado, têm de olhar “para dentro”

de modo a concretizarem desafios do passado. Por outro, têm de olhar “para fora”, reagindo (sobrevivendo) às políticas de austeridade. A nosso ver, algumas das principais tarefas do sindicalismo podem resumir-se nos seguintes pontos:

- Reforçar a vigilância sobre o modo e as condições em que o trabalho é prestado;
- Organizar grupos subrepresentados nos sindicatos (jovens, mulheres, desempregados, precários, minorias étnicas...);
- Criar parcerias e/ou formas de atuação regular com organizações não sindicais mas com interesse na esfera laboral;
- Reforçar a representatividade sindical em sectores mais vulneráveis, com destaque para as atividades comerciais;
- Fortalecer a democracia interna dos sindicatos, mas sem deixar que a atividade sindical seja condicionada (ou instrumentalizada) pela presença de forças partidárias;
- Apostar na formação de quadros e dirigentes sindicais, através de programas e convénios com universidades e centros de investigação de reconhecida competência nestas áreas, estimulando a análise crítica e autocrítica sobre o sindicalismo;
- Dar sequência à onda de protesto social que se intensificou em Portugal nos últimos anos (desde final de 2010, Portugal conheceu 5 greves gerais, 3 delas juntando as duas principais centrais sindicais, CGTP e UGT);
- Intervir não só no espaço nacional, mas também a uma escala transnacional e em rede;
- Dinamizar o sindicalismo eletrónico e dar ao ativismo do “ciberespaço” a sua devida importância;

* **Elísio Estanque** é sociólogo, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

* **Hermes Augusto Costa** é sociólogo, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Referências bibliográficas

Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento, 347 pp

Costa, Hermes Augusto (2011), “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas”, in E. Estanque e H. A. Costa (orgs.), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 13-48.

Costa, Hermes Augusto (2012), “From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), 397-410.

Estanque, Elísio (2012), “Trabalho, classe média e sindicalismo”, in E. Estanque e Leonardo Mello e Silva (orgs.), *Facetas do Trabalho na Contemporaneidade: Diálogos Luso-Brasileiros*. Curitiba: Editora Appris.

Estanque, Elísio (2012), *A classe média. Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social – crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 181 pp.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012), “Labour relations and social movements”, in Denis Erasga (ed.), *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 257-282 [disponível em <http://www.intechopen.com/articles/show/title/labour-relations-and-social-movements>]

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2013), “O sindicalismo europeu no centro do vulcão: desafios e ameaças”, *Janus-Anuário de Relações Exteriores*, 16, 176-177.

Leite, Jorge; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho; Almeida, João Ramos (2014), “Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho”, in Observatório sobre Crises e Alternativas (org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES, 127-188.

Marques, Fernando (2014), “Os salários e a contratação coletiva face à crise” (paper apresentado à Oficina Direitos Laborais na Encruzilhada: OIT e Portugal). Lisboa: CES-Lisboa.

Rosanvallon, Pierre (1988), *La question syndicale*. Paris: Calmann-Lévy.

Sousa, Henrique (2011), *Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)* (working paper). Lisboa: FCSH, Universidade Nova.

Waddington, Jeremy (2005), *La syndicalisation en Europe Étendue du problème et éventail des réponses proposées par les syndicats*. Bruxelles: ETUI-REHS.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.